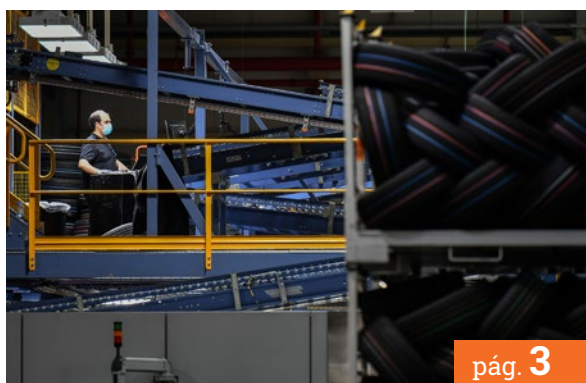


# PSD FAVORÁVEL À INTEGRAÇÃO DA UCRÂNIA NA UNIÃO EUROPEIA



Numa reunião com o Primeiro-Ministro, na residência oficial, Rui Rio declarou que a situação da Ucrânia deve ter um caráter excecional com vista à futura adesão.



pág. 3

## PARLAMENTO

### PSD PROPÕE CRIAÇÃO DE GRUPO DE TRABALHO PARA A AGENDA DO TRABALHO DIGNO

Para o PSD, a Agenda do Trabalho Digno não teve “a merecida e aprofundada discussão com os parceiros sociais”, estando truncada dos aspetos referentes à política de rendimentos



pág. 5

## LOCAIS

### PSD DE SANTO TIRSO APRESENTA QUEIXA CONTRA CONCESSIONÁRIA DO ESTACIONAMENTO

O PSD de Santo Tirso apresentou queixa no Ministério Público contra a empresa ESSE pelo valor das taxas cobrado, que o presidente da Secção, Ricardo Pereira, descreve como “vergonhoso”



pág. 10

## REGIONAIS

### JOSÉ MANUEL BOLIEIRO DEFENDE REVISÃO DO ESTATUTO DO BOMBEIRO DOS AÇORES

O Presidente do Governo Regional espera que, até outubro, possa ser discutido o futuro Estatuto Social do Bombeiro dos Açores, para que sejam criados incentivos à atividade



# PSD FAVORÁVEL À INTEGRAÇÃO DA UCRÂNIA NA UNIÃO EUROPEIA



Para o PSD, é fundamental conceder à Ucrânia o estatuto de país candidato à União Europeia, afirmou, dia 17 de junho, Rui Rio, no final de uma audiência com António Costa, na residência oficial do Primeiro-Ministro, em Lisboa.

O líder social-democrata afirmou que, ao ser concedido este estatuto à Ucrânia, estamos a mostrar à Rússia que as ações que levaram a cabo têm um efeito contrário. Rui Rio lembrou que a União Europeia nasce “para garantir a paz na Europa e, portanto, se há objetivo primeiro é lutar pela paz e pela democracia. Estamos perante uma situação destas e é nessa luta que devemos integrar a Ucrânia, com uma negociação célere, sem abrandar na exigência”.

Rui Rio alertou ainda que não se deve facilitar em “termos dos requisitos necessários, comparando com o que foi exigido aos outros países. Mas é também relevante começar a desenhar um apoio para a reconstrução da Ucrânia. Essa ajuda é um passo importante para a integração da Ucrânia na União Europeia”.

“Aquilo que é a posição do PSD é aquela que desde o início do conflito temos transmitido: é absolutamente fundamental conceder esse estatuto à Ucrânia porque nós temos, em primeiro lugar, de demonstrar à Rússia que o que fez originou o efeito contrário do que pretendia. Não fazer isso é dar alguma vitória à Rússia e desmoralizar completamente a Ucrânia. O nosso interesse é uma Europa forte e harmonizada, e isso é importante para Portugal”, destacou.

Numa reunião que demorou mais de duas horas, e que disse ter sido sobretudo sobre “o futuro da Europa”, Rui Rio considerou que a situação da Ucrânia deve ter um caráter excecional no quadro da UE.

“Se começar a querer rapidamente e tudo ao mesmo tempo integrar uma série de outros países, aí é preciso pensar na reforma institucional da Europa para ser sustentável. O nosso conselho é que a Ucrânia seja isolada, no bom sentido, por ser um caso excecional”, apontou.

UNIVERSIDADE DE VERÃO 2022

**candidaturas abertas**

candidaturas até 10 de Julho

**2022 UV.**

CASTELO DE VIDE  
29.AGOSTO A 4.SETEMBRO



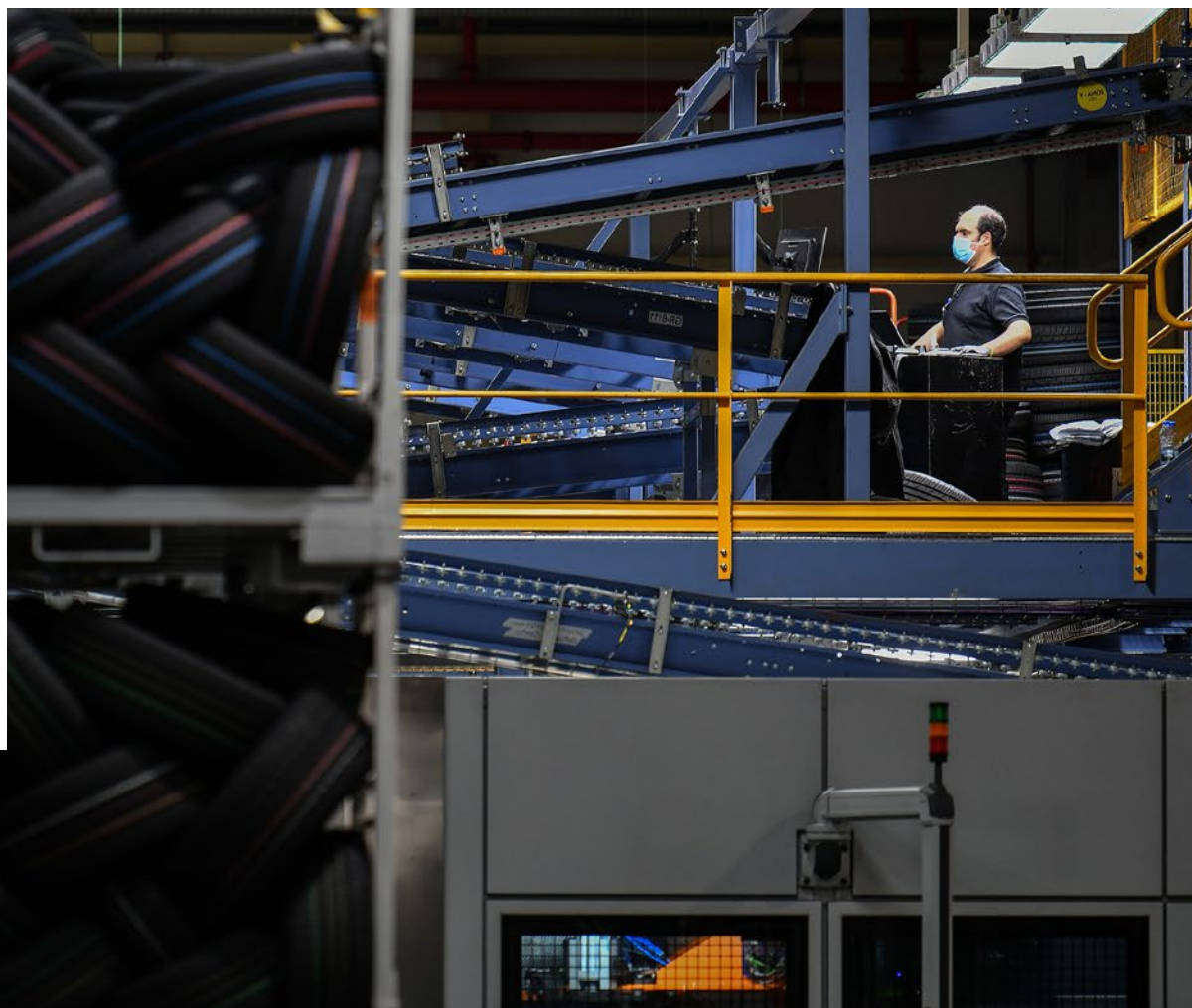
# PSD PROPÕE CRIAÇÃO DE GRUPO DE TRABALHO PARA A AGENDA DO TRABALHO DIGNO

O PSD defende a criação de um Grupo de Trabalho, em sede de Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão, para a discussão da Agenda do Trabalho Digno.

No requerimento, dirigido à Presidente da Comissão, os sociais-democratas recordam que deu entrada no Parlamento a PPL 15/XV, vulgarmente chamada “Agenda do Trabalho Digno”, que classificam como uma “proposta de lei da maior importância”. Contudo, adiantam, inexplicavelmente a proposta apresentada pelo Governo está “truncada dos aspetos relativos à política de rendimentos o que, no mínimo, é paradoxal uma vez que sem rendimentos a dignidade do trabalho é cerceada.”

Além disso, acrescentam os deputados, esta proposta não teve “a merecida e aprofundada discussão com os parceiros sociais”, destinatários últimos desta iniciativa legislativa.

Nestes termos, os sociais-democratas consideram que este Grupo de Trabalho assume uma grande importância e nele pretendem que se promova “a audição dos parceiros sociais e a discussão desta proposta de lei nos termos que a mesma exige e em que, naturalmente, serão também discutidas as questões ligadas à política de rendimentos”.



# PSD QUER CONSAGRAR DIA 25 DE MAIO COMO “DIA NACIONAL DOS JARDINS” PARA CELEBRAR RIBEIRO TELLES

O PSD defende a consagração do dia 25 de maio como “Dia Nacional dos Jardins”, uma forma de celebrar o legado de Gonçalo Ribeiro Telles na proteção do ambiente e na promoção da qualidade de vida.

Num Projeto de Resolução que deu entrada na Assembleia da República, os deputados do PSD afirmam que “Gonçalo Ribeiro Telles foi um visionário, um homem multifacetado de intervenção inquieta e permanente. Um pioneiro das políticas de Ambiente e Ordenamento do Território. Um político de visão coerente e arrojada, centrada na ecologia, na natureza e na dignidade da pessoa humana. Um democrata, defensor da liberdade e da tolerância.”

Nesse sentido, os parlamentares afirmam que institucionalizar um Dia Nacional dos Jardins, a 25 de maio de cada ano, data do nascimento de Gonçalo Ribeiro Telles, pode contribuir para celebrar o seu legado, mas também para “valorizar a importância dos próprios jardins, podendo servir para chamar a atenção para os seus problemas e carências, considerando os serviços ecológicos que prestam, bem como a sua relevância cultural e social.”

Esta iniciativa, surge na sequência de uma Petição dinamizada pela turma 10.º L do Agrupamento de Escolas Manuel Teixeira Gomes, de Portimão, e poucos dias após a aprovação por unanimidade, na Assembleia da República, de um voto de saudação pelo centenário de Gonçalo Ribeiro Telles, que teve como propósito “evocar a memória desta figura marcante do século XX português, nomeadamente – mas não apenas - na área da arquitetura paisagística”.



# GOVERNO QUER QUE OS MUNICÍPIOS REVEJAM OS PDM COM BASE EM PLANOS DESATUALIZADOS

O PSD acusou o Governo de querer que os municípios revejam os seus planos diretores municipais com base em instrumentos “completamente desatualizados” e questionou a ministra da Coesão Territorial sobre a adaptação dos instrumentos de gestão territorial.

Em comunicado, o grupo parlamentar do PSD considera que o Governo “pretende que os municípios façam a revisão dos seus PDM [Plano Diretor Municipal], sob pena de deixarem de ter acesso aos fundos comunitários”, mas ressalvam que, “para que lhes seja aprovada a revisão dos PDM, os municípios têm de cumprir os planos de âmbito regional e nacional, que são da responsabilidade do governo e que, em muitas regiões, não só não estão atuais, como não foram adaptados a progra-

ma nos termos do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial”.

Numa pergunta dirigida à ministra da Coesão, dia 20 de junho, os deputados do PSD questionam quais os instrumentos de gestão territorial, de âmbito nacional e regional, que se encontram já adaptados a programas e quais os que ainda carecem da adaptação nos termos do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial.

De acordo com o grupo parlamentar do PSD, o Executivo introduziu uma alteração no Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial que determina que “se, até 31 de março de 2022, não tiver lugar a primeira reu-

não da comissão consultiva, (...) por facto imputável ao município ou à associação de municípios em questão, é suspenso o direito de candidatura a apoios financeiros comunitários e nacionais que não sejam relativos à saúde, educação, habitação ou apoio social, até à conclusão do procedimento de alteração ou revisão do plano territorial em causa, não havendo lugar à celebração de contratos-programa”.

“Ou seja, o Governo pretende que os municípios façam a revisão dos seus Planos Diretores Municipais (PDM), sob pena de deixarem de ter acesso aos fundos comunitários”, acusa o PSD.





# PSD DE SANTO TIRSO APRESENTA QUEIXA CONTRA CONCESSIONÁRIA DO ESTACIONAMENTO



O PSD de Santo Tirso apresentou queixa no Ministério Público (MP) contra a empresa concessionária do estacionamento ESSE pelo valor das taxas atualmente cobrado, que o presidente da concelhia, Ricardo Pereira, descreve como “vergonhoso”.

“O novo tarifário não é o que está a ser praticado, pois prevê o pagamento de 50 a 60 cêntimos por hora e não os 75 e 80 cêntimos, pelo mesmo período, que têm vindo a ser cobrados e cujos comprovativos foram enviados ao MP”, acrescentou o social-democrata, referindo que a ESSE está a cobrar mais do que aquilo que está definido no novo tarifário e que só deveria ser aplicado depois de votado nos órgãos autárquicos.

A concessão do estacionamento à empresa ESSE foi aprovado pela câmara socialista em 2018, mas devido a reclamações apresentadas por concorrentes do concurso público a sua efetivação foi adiada.

Em 2020, com a chegada da pandemia da covid-19, a autarquia tornou grátis o estacionamento, pelo que a proposta de alteração da concessão, precisou fonte do município, só foi aprovada na reunião de câmara de 17 de fevereiro de 2022 e validada em Assembleia Municipal uma semana depois, devendo efetivar-se em junho.

Rotulando de “caricata” a situação que se vive no município, o dirigente social-democrata justificou a apresentação da queixa hoje no MP para “coincidir” com a

aprovação do novo tarifário que decorrerá na reunião de câmara durante a tarde.

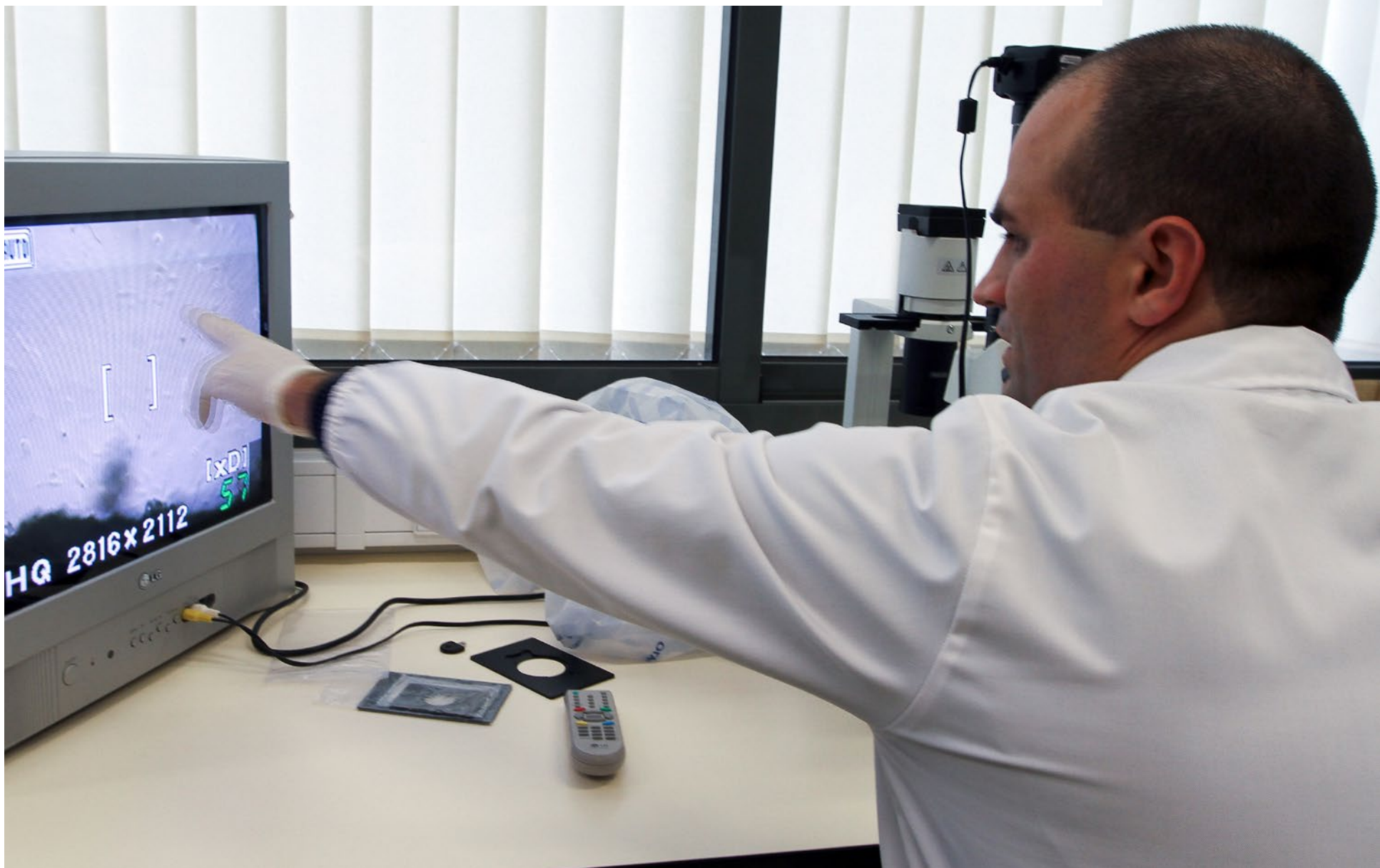
Na publicação na sua página no Facebook, o PSD/Santo Tirso denuncia que “a concessionária, que é responsável pela gestão, manutenção, exploração, fiscalização e cobrança do estacionamento nas ruas e parques previstos em contrato com a Câmara Municipal, tem vindo a recolher o pagamento das taxas desde o dia 1 de junho de 2022”.

“Sucede que para o referido tipo de estacionamento está em vigor uma tabela municipal que estipula um valor máximo a cobrar por hora de apenas 0,40 cêntimo por hora”, mas “desde o primeiro dia de junho até ao dia de hoje, a ESSE não se coibiu de cobrar montantes bem acima daqueles que a referida tabela permite, no caso, valores que rondam os 0,50€/hora ou 0,80€/hora, consoante a zona em que se estaciona e aplicando também contraordenações”.

Em 5 de abril, fonte da autarquia justificou o novo tarifário pela necessidade de serem instalados “parcómetros de última geração” para substituir os atuais, “que frequentemente estavam avariados”, na zona central da cidade, onde o “preço por hora subirá 50%, de 40 cêntimos para 60 cêntimos, e nas ruas adjacentes ao centro, denominado de zona de primeira coroa, que passará a ter um custo de 50 cêntimos/hora”.



# PSD DE CASTELO BRANCO ALERTA PARA “GRAVE CRISE” NO SETOR DA SAÚDE NO DISTRITO



A Distrital do PSD de Castelo Branco denunciou, dia 17, uma “grave crise do setor da saúde” naquele distrito e apontou problemas no funcionamento das Viaturas Médicas de Emergência e Reanimação ou a existência de apenas um obstetra em Castelo Branco.

Em nota de imprensa, o PSD disse não perceber a “passividade” do Governo perante as carências manifestadas nos últimos meses e sublinhou que ainda recentemente o Sindicato Independente dos Médicos alertou que, “em média, um dia por semana não existe Viatura Médica de Emergência e Reanimação (VMER) simultaneamente na Guarda, Covilhã e Castelo Branco.

“De facto, no último fim de semana, a VMER do Hospital Pêro da Covilhã esteve inoperacional por falta de médicos que assegurassem as respetivas escalas de funcionamento. Aparentemente, quem tem a responsabilidade de garantir uma resposta eficiente dos serviços de saúde está mais preocupado com a sucessão do atual presidente do Conselho de Administração do Centro Hospitalar da Cova da Beira do que com o bem-estar dos utentes”, afirmaram os sociais-democratas.

A falta de médicos de família no distrito é outra das questões que apontaram, referindo que este é “um problema crónico”, que deixa a população, maioritariamente envelhecida, “sem qualquer tipo de assistência na doença”.

“Em vários centros de saúde da região a falta de médicos é clara e notória, deixando nas populações um sentimento de insegurança e abandono”, acrescentaram.

Por outro lado, a distrital do PSD referiu que a “incapacidade de reter e atrair médicos especialistas para os centros hospitalares do distrito põe em causa a resposta do Serviço Nacional de Saúde a curto prazo”.

Segundo apontou a distrital, citando uma informação da Ordem dos Médicos, a Unidade Local de Saúde de Castelo Branco tem no seu quadro de pessoal apenas um médico de ginecologia/obstetrícia, com 65 anos.

“Enquanto os profissionais de saúde se esforçam para evitar o colapso do sistema, o Governo de António Costa demonstra total incapacidade de prever adversidades e evitar a escalada de um problema que é, cada vez mais, insustentável”.

Sublinhando que “as lacunas crónicas não passam apenas pela classe médica”, os sociais-democratas também afirmaram que os hospitais e centros de saúde do distrito “desesperam por enfermeiros e outros técnicos especializados”.

“Estes profissionais andam sobrecarregados e a realizar horas extraordinárias, porque os rácios existentes atualmente não cobrem as reais necessidades, sendo que a prestação de cuidados não é diretamente afetada devido ao profes-

sionalismo e dedicação destes elementos, mas o outro lado da moeda acarreta um esforço extra e um cansaço físico/psicológico que pode levar a outro tipo de consequências para os próprios”.

A distrital do PSD disse ainda que foi alertada de que no Hospital Amato Lusitano, em Castelo Branco, foi implementado um novo sistema de “monitorização de presenças”, obrigatório para todos os trabalhadores e que funciona através de reconhecimento facial ao estilo “base militar” e o qual substituiu o sistema biométrico que estava operacionalizado anteriormente.

“Este novo sistema está a causar alguns transtornos internos, já para não falar que o reconhecimento facial descreve o processo de digitalizar um rosto e, em seguida, associá-lo à mesma pessoa num banco de dados. Um processo que no mínimo levanta algumas questões éticas e de privacidade, pois tal como qualquer outro banco de dados é imperativo uma utilização responsável e segura do mesmo”.

Sublinhando que o argumento da coesão territorial é um “mero chavão para beirão ver”, o PSD também exigiu medidas.

“Está na altura de acabarem as desculpas e comecem a apresentar soluções, designadamente para oferecer condições realmente diferenciadoras aos profissionais de saúde com vontade de vir trabalhar para a nossa região”.



# PSD DE LEIRIA DEFENDE RECURSO A PRIVADOS PARA RESOLVER “CAOS NA SAÚDE”



O presidente da Comissão Política Distrital do PSD de Leiria e deputado na Assembleia da República, Hugo Oliveira, defende o recurso a privados para resolver “o caos na saúde”, considerando que “as pessoas não podem morrer porque há problemas ideológicos”.

No final de reuniões que os deputados do PSD eleitos pelo círculo de Leiria tiveram com representantes da Ordem dos Enfermeiros, Ordem dos Médicos e administração do Centro Hospitalar de Leiria, dia 20 de junho, Hugo Oliveira criticou o “desgoverno do Governo PS no nosso distrito”, na área da saúde.

“Notamos que há um problema de acesso, qualidade e eficiência. É preciso avaliar e olhar para todo o sistema do Serviço Nacional de Saúde [SNS] em Portugal e deixar de ter problemas ideológicos. E olhar para o setor privado como um parceiro e não como uma coisa terrível que aí vem e que vai ocupar o lugar do SNS”, afirmou.

Para o deputado, “há muitas condicionantes que fazem com que o SNS precise de uma reestruturação evidente”, mas há uma “questão de ideologia que pode estar a prejudicar a saúde dos portugueses”.

“Para o poder fazer, até estar reestruturado e estar a funcionar, ao lado [do SNS] temos o serviço privado, que está a funcionar e pode ser utilizado. Deixemo-nos de fantasmas do privado e utilizemo-lo a bem das pessoas. As pessoas não podem morrer porque há problemas ideológicos”, afirmou.

O PSD é a favor do SNS, garantiu Hugo Oliveira, “mas devemos garanti-lo, melhorar, reestruturá-lo”. E, “até estar reestruturado como deve ser, devemos ter o apoio do setor privado e do setor social, com a sua contratualização”.

Sobre a situação no distrito de Leiria, o deputado sustentou ser “assustador perceber que serão 70 mil utentes [no distrito] que não têm médicos de família - e ainda faltam os números do norte do distrito”, acrescentando que “o número de médicos em falta em todas as unidades é gritante”.

“O fecho das urgências tanto em Leiria como em Caldas da Rainha tem causado constrangimentos terríveis. Foi preciso haver um momento trágico, com o falecimento de um bebé [no hospital das Caldas da Rainha] para que o país acordasse e se levantasse um pequeno véu sobre a questão da obstetria”, notou.

Mas em “muitas outras especialidades em que também há problemas e pode acontecer o mesmo, como a ortopedia, e muitas mais haverá”.

“O Governo até nos roubou um ortopedista para secretário de Estado [da Saúde, António Sales], que tanta falta faz. E o senhor secretário de Estado, que é presidente da Assembleia Municipal de Leiria e foi cabeça de lista do PS nas últimas eleições legislativas, devia fazer objetivamente alguma coisa pelo distrito e pelos nossos centros hospitalares, que estão a ter dificuldades constantes”, apontou.

O presidente da distrital do PSD de Leiria admitiu que a ministra Marta Temido “já deve estar há algum tempo a pensar que, se calhar, não foi boa opção continuar no Governo”.

Para Hugo Oliveira, a ministra da Saúde “deve assumir as suas responsabilidades”: “Não devo dizer que ela deve apresentar a demissão. O senhor primeiro-ministro é que, fazendo a sua análise, deve decidir. Agora, que a senhora ministra não está a prestar um bom serviço aos portugueses, não está. E o secretário de Estado [da Saúde] igual. A preocupação que denota naquilo que são os dois centros hospitalares e nos cuidados de saúde primários [no distrito] é zero. O senhor secretário de Estado é que deve fazer um exame de consciência sobre a sua ação”, concluiu.





# POMBAL ASSOCIA-SE À MOVIOJovem COM **CARTÃO MUNICIPAL PARA JOVENS**

A Câmara de Pombal apresentou, dia 17 de junho, o cartão jovem municipal, numa associação com a Movijovem, que irá permitir aos cidadãos do concelho beneficiarem de centenas de descontos ao nível local, nacional e internacional.

“Vamos avançar com o cartão jovem municipal, integrado numa estratégia que pretende envolver as novas gerações no desenvolvimento do concelho. Esta medida foi tomada no Conselho Municipal da Juventude e aprovada por unanimidade em reunião de câmara”, adiantou à agência Lusa o presidente da Câmara de Pombal, Pedro Pimpão.

A medida, segundo adiantou, integra-se num “conjunto de iniciativas” que estão a ser desenvolvidas pelo município, como forma de fixar os jovens em Pombal, concelho do distrito de Leiria.

“Há um conjunto vasto de vantagens que queremos associar a este cartão jovem municipal, precisamente para dar o sinal muito importante de que queremos fixar jovens no nosso concelho. Queremos que os jovens sintam que têm oportunidade para desenvolver os seus projetos de vida em Pombal”, salientou o autarca.

O cartão está associado à Movijovem - Mobilidade Juvenil, Cooperativa de Interesse Público de Responsabilidade Limitada, que gere o cartão jovem, pelo que os municípios de Pombal com idades entre os 12 e os 29 anos “passam a ter acesso às quatro mil vantagens a nível nacional que já existem protocoladas com a Movijovem e aos 40 mil descontos de várias entidades que existem a nível europeu”.

“Vamos adicionar algumas vantagens também à escala local, quer em eventos culturais, ‘workshops’ ou ações de formação promovidos pelo município”, entre outros.

A Câmara de Pombal irá ainda alterar o regulamento para que os jovens tenham também acesso a “outras condições, nomeadamente ao nível de taxas e licenças, como licenciamentos de obras particulares para jovens que queiram investir ao nível da habitação”.

Ao nível do transporte urbano, os detentores do cartão, que custa dez euros, terão vantagens no Pombus e no Pombike.

“A partir agora, um jovem que adquira o cartão jovem municipal tem logo acesso direto a todas as vantagens do cartão jovem nacional e municipal”, assegurou Pedro Pimpão.

O edil destacou a importância que pretende dar aos jovens do concelho, informando que já lançou o Programa Jovem Autarca e o Orçamento Participativo Jovem, iniciativas que estão a decorrer.

“Aproveitámos esta Semana da Juventude, uma semana em que temos uma Feira de Emprego e Formação Profissional e várias atividades desportivas e culturais, para lançar este cartão jovem municipal e recolher os contributos dos jovens, nomeadamente de vantagens que possamos adicionar”, revelou.

Pedro Pimpão insistiu para que os jovens do Município de Pombal se associem a esta iniciativa e que façam chegar os seus contributos no sentido de a autarquia “melhorar ao máximo este instrumento, que é mais uma ferramenta de trabalho nesta estratégia mais alargada de fixação de jovens no território”.



# ARCOS DE VALDEVEZ LANÇA CONCURSO PÚBLICO PARA **EXPANSÃO DE ESTRADAS E SANEAMENTO**



A Câmara Municipal de Arcos de Valdevez abriu um concurso público para três empreitadas de expansão da rede de saneamento e beneficiação da rede viária do concelho, num investimento superior a um milhão de euros.

De acordo com os anúncios publicados em "Diário da República", dia 21, um dos procedimentos prende-se com a expansão da rede de saneamento a Aguiã (Souto Novo/Outeiro) e Oliveira (Ligação da Estação Elevatória de Travassos ao Parque Empresarial de Paço), com o valor base de 205 mil euros e com um prazo de execução de 120 dias.

O alargamento e pavimentação de caminhos municipais, pelo valor base de 496,288 euros e com prazo de execução de 365 dias, e a beneficiação de bermas, pelo preço base de 210 mil euros e execução em 240 dias, são os outros concursos públicos lançados.

João Manuel Esteves, Presidente da Câmara de Arcos de Valdevez, adiantou que o valor base total das três empreitadas é de 911.288 euros, sendo que, com o IVA, o investimento municipal é superior a um milhão de euros.

O autarca social-democrata destacou a intervenção na Estrada Nacional (EN) 202, cuja manutenção passou para a esfera municipal.

"Já foi concluída a intervenção no pavimento. Agora vão ser beneficiadas as bermas e passeios. A estrada vai ficar toda arranjada desde a sede do concelho até ao parque empresarial de Mogueiras, beneficiando todas as freguesias da zona sudoeste de Arcos de Valdevez. Agora esperamos que a Infraestruturas de Portugal (IP) arranje a segunda parte da EN 202, desde o parque empresarial de Mogueiras, em Souto, até Jolda São Paio, no limite com o concelho de Ponte de Lima", observou.

Já na empreitada de alargamento e pavimentação de caminhos municipais, que abrange cinco freguesias, João Manuel Esteves destacou a melhoria do caminho municipal 1.317, que faz a ligação entre a EN 101 e a EN 202, estradas de acesso a Ponte Barca e a Ponte de Lima.

A intervenção prevê ainda, na zona norte do concelho, da pavimentação da ligação do Pontão de Pogido à EN 101, entre as margens do rio Vez.

Segundo o autarca, nas duas intervenções vão ser beneficiados 3,5 quilómetros de rede viária.

A empreitada de expansão da rede de saneamento básico nas freguesias de Aguiã e Oliveira "está incluída nas intervenções quer a autarquia tem vindo a fazer nesta área".

## CÂMARA DE LISBOA VAI **IDENTIFICAR NA CARTA DE HABITAÇÃO TERRENOS PARA COOPERATIVAS**

A Câmara de Lisboa vai identificar na Carta Municipal de Habitação os terrenos a disponibilizar para cooperativas e solicitar a participação dos jovens na construção dos critérios de atribuição, com respeito pelos princípios de sustentabilidade económica, social e ambiental.

Numa nota divulgada dia 17 de junho, a autarquia refere que o anúncio foi feito pela vereadora da Habitação, Filipa Roseta, durante a 3.ª edição do Festival Internacional de Habitação Social (ISHF), que decorreu em Helsínquia.

"O desafio da habitação acessível passa por reinventar o movimento das cooperativas com o apoio e criatividade dos jovens", afirmou Filipa Roseta, citada no comunicado.

Ainda segundo a nota da Câmara de Lisboa, na intervenção da vereadora na conferência "What if... we Imagined Next Generation housing with the youth?" foi apresentando "o modelo cooperativo como uma forma eficaz de dinamizar o mercado de habitação acessível para as gerações mais jovens".

Durante o ISHF, lê-se ainda na nota, Filipa Roseta "anunciou que a Câmara Municipal de Lisboa vai identificar na Carta Municipal de Habitação os terrenos a disponibilizar para cooperativas e solicitar aos jovens que participem na construção dos critérios de atribuição, respeitando os princípios da sustentabilidade económica, social e ambiental".

A delegação que se deslocou ao ISHF integrou arquitetos da autarquia e membros da GEBALIS, empresa gestora dos bairros municipais de Lisboa, tendo estado em debate as "formas de valorizar a qualidade da habitação como pré-requisito para melhorar a qualidade de vida das populações".

"Foram abordadas políticas de habitação e apresentadas soluções inovadoras e adaptáveis a diferentes necessidades. Em foco esteve, também, a transição energética no setor habitacional", acrescenta a Câmara de Lisboa, salientando existir um duplo desafio, "por um lado, fazer face ao fenómeno da pobreza energética que afeta a vida de mais de 50 milhões de lares na União Europeia e, por outro, assegurar que o custo da modernização seja suportável".

O ISHF foi criado em 2017 com o objetivo de reunir atores, provedores e promotores de habitação social de todo o mundo. O primeiro encontro foi organizado em Amsterdão (Holanda), seguido de Lyon (França).

A Câmara de Lisboa encontra-se a trabalhar no processo de desenho da Carta Municipal de Habitação, a primeira a ser implementada no município, que está a ser desenvolvida em regime de cocriação com os cidadãos e que se prevê concluída no final deste ano.



# JOSÉ MANUEL BOLIEIRO DEFENDE REVISÃO DO ESTATUTO DO BOMBEIRO DOS AÇORES



O Presidente do Governo Regional afirmou esperar que, “no máximo até final de outubro”, possa ser discutido, no Conselho Regional de Bombeiros, o futuro Estatuto Social do Bombeiro dos Açores, para que sejam criados incentivos a esta atividade.

“Está lançado o desafio ao senhor secretário regional da Saúde e Desporto, com a tutela da Proteção Civil, para, num processo participativo, no máximo até final de outubro, podermos discutir no Conselho Regional de Bombeiros, o futuro estatuto social do bombeiro dos Açores”, referiu José Manuel Bolieiro.

O chefe do executivo açoriano falava no domingo, 19 de junho, na inauguração do novo quartel dos Bombeiros Voluntários da Povoação, na ilha de São Miguel, orçado em 2,8 milhões de euros e lançado pelo anterior executivo do PS.

“É fundamental darmos passos de valorização e reconhecimento com os recursos, com o ponto de partida que temos. Mas, com a ousadia de, em progresso, fazer o melhor que puder ser feito por merecimento dos bombeiros e bombeiras dos Açores”, sublinhou o social-democrata que preside ao executivo de coligação PSD/CDS-PP/PPM.

Os bombeiros, acrescentou, “dão muito de si, sem pensar em si em tantas circunstâncias de fenómenos extremos da natureza”.

Na sua intervenção, José Manuel Bolieiro lançou o desafio para “uma cultura e literacia de proteção civil” que possa ser promovida pelas associações humanitárias de bombeiros voluntários, em coordenação com o Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores.

“Os recursos para a prontidão de reação são fundamentais, mas importa igualmente, com a melhoria de instalações e de meios, criar uma formação de uma literacia de proteção civil para a cidadania em geral, começando nas escolas”, reforçou.

O concelho da Povoação, que hoje conta com um novo quartel, construído de raiz, tem sido marcado por alguns acidentes provocados pelo mau tempo, um dos quais em 31 de outubro de 1997, quando uma chuva intensa provocou derrocadas e 29 pessoas morreram soterradas na freguesia da Ribeira Quente.

O Presidente do Governo Regional dos Açores sublinhou que se justifica naquele concelho “encontrar soluções de pronta reação”.

José Manuel Bolieiro assinalou que a inauguração do novo quartel é “um sonho realizado” no ano do 42º aniversário da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Povoação, fundada em 15 de maio de 1980.

“Cá estamos e chegou. Depois de tantos planeamentos, previsões em planos e orçamentos, finalmente em março de 2020 se tomou a decisão com o lançamento da primeira pedra. E saúdo o presidente do Governo de então”, sublinhou.

José Manuel Bolieiro realçou ainda o “enorme empenho” e “esforço” da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários da Povoação, num concelho de “orografia difícil” e “repetidos” fenómenos meteorológicos extremos.

O Presidente do Governo Regional deixou o compromisso de incluir no Plano e Orçamento a aquisição de mais uma viatura com “elementos essenciais para o desencarceramento”, uma reivindicação dos Bombeiros da Povoação. O novo quartel, dotado de equipamento operacional de proteção civil, visa garantir uma melhoria significativa na capacidade operacional e no grau de prontidão. A sua localização para uma via regional periférica irá permitir saídas rápidas e uma distribuição mais eficaz das viaturas de socorro.



# 4,5 MILHÕES DE EUROS PARA PROGRAMA DE INVESTIMENTO NA AGROPECUÁRIA

José Manuel Bolieiro anunciou, dia 17, que o executivo vai abrir candidaturas para “projetos de investimento” em explorações agropecuárias, programa que vai ter o valor de 4,5 milhões de euros.

“De 1 de julho a 31 de agosto do corrente ano estarão abertas as candidaturas para a entrega de projetos de investimento para as explorações agropecuárias, incluindo a primeira instalação de jovens agricultores e tudo num valor estimado de 4,5 milhões de euros”, declarou.

O líder do executivo regional discursava hoje na cerimónia de abertura da Feira Agrícola Açores, na Ribeira Grande, organizada pela Federação Agrícola dos Açores.

Na intervenção, José Manuel Bolieiro revelou os “compromissos futuros” do Governo Regional para o setor agrícola.

“Abriremos este ano as candidaturas para apoiar o pagamento de taxas de juro de empréstimos efetuados no âmbito de investimentos realizados na agricultura. Trata-se de uma excepcional intervenção do Governo dos Açores perante um facto penalizante, em excesso, do aumento das taxas de juro”, destacou.

O presidente do executivo açoriano assegurou que os apoios para a campanha 2022-23 dos programas comunitários POSEI e PRORURAL+ “não sofrerão rateios” e insistiu que é importante a região ganhar uma “progressiva autonomia alimentar”.

“É importante ganharmos consciência da importância de termos uma progressiva autonomia alimentar. Sim, porque o impensável pode acontecer e a globalização na transferência de recursos, em particular os essenciais à alimentação, pode ser posta em causa”, afirmou.

O líder regional considerou ainda que o setor produtivo dos Açores deve ter a “ambição da excelência” do produto, em detrimento de quantidade.

“Não é pela quantidade que vingamos no sucesso do nosso progresso e desenvolvimento. É pela excelência. É pela exclusividade”, reforçou.

Também na abertura da feira, o presidente da Federação Agrícola dos Açores, Jorge Rita, alertou para a “desastrosa e calamitosa situação económica” do setor agrícola da região, realçando o “aumento brutal dos custos de transportes

“A região, obviamente, não pode ficar indiferente a esta situação. Nós sentimos na pele, no dia-a-dia. Ainda por cima porque vivemos em regiões ultraperiféricas em que estamos dependentes – e muito – de transportes”, salientou.

Considerando necessário “potenciar as produções de todas as ilhas”, Jorge Rita defendeu, contudo, que “nada substituirá o setor leiteiro”.

“Não há setor na atividade económica da região” capaz de substituir o leiteiro, disse, rejeitando o impacto na emissão de gases provocado pelas explorações, uma vez que o “carbono existe mesmo sem as vacas”.

“Tenho a certeza absoluta de que quando essa situação for monitorizada [a emissão de gases de carbono] nós vamos ter uma agradável surpresa. Temos um ‘plafond’ muito favorável”, afirmou.

## Governo regional apoia contratação no turismo, restauração e hotelaria

O Governo dos Açores vai atribuir às empresas um apoio que pode chegar até aos 36 mil euros por cada trabalhador contratado sem termo e a tempo completo na restauração, hotelaria e turismo, anunciou a secretária Regional do Emprego, dia 20 de junho.

A medida de incentivo e apoio à contratação sem termo e a tempo completo nos setores da restauração, hotelaria e turismo, designada ‘TURIS.ESTAVEL’, foi apresentada pela secretária Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego do executivo regional.

Numa conferência de imprensa, em Ponta Delgada, na ilha de São Miguel, a titular da pasta do Emprego referiu que os setores do turismo, da hotelaria e da restauração

foram “os que mais sentiram o impacto da pandemia” de covid-19.

Segundo Maria João Carreiro, no âmbito da nova medida, vai ser atribuído “um apoio financeiro às entidades empregadoras destes setores que procedam a nova contratação de trabalhadores por via de contratos sem termo”.

“Apoiamos os custos salariais da empresa ou entidade com cada trabalhador recrutado ao abrigo desta medida, entendendo-se por custos salariais a soma da remuneração líquida, contribuições para a Segurança Social, subsídios de férias e de Natal”, explicou.

A titular pela pasta do Emprego nos Açores revelou que o apoio a atribuir por cada trabalhador contratado “pode chegar a um limite máximo de 36 mil euros, dependendo da remuneração que é paga pela empresa ou entidade ao trabalhador”.

Cada entidade que beneficia do TURIS.ESTAVEL fica obrigada a proporcionar ao trabalhador apoiado 150 horas de formação profissional anual, isto é, cerca de um mês de formação, sendo que as horas de formação podem ser distribuídas ao longo do ano, de acordo com a disponibilidade e a atividade da própria empresa.

O TURIS.ESTAVEL prevê outra modalidade de apoio financeiro: a conversão de contratos a termo resolutivo, certo ou incerto, em contratos sem termo, para trabalhadores já integrados nas empresas, sendo que ao apoio estão associadas 100 horas de formação.

Para estes casos “o apoio financeiro a atribuir por cada trabalhador que viu o seu contrato de trabalho convertido pode chegar até aos 17.766 euros”, indicou a governante.

As candidaturas ao TURIS.ESTAVEL podem ser apresentadas a partir de terça-feira, na plataforma Emprego. Açores. Esta nova medida é acumulável com a medida Pro Ativo, que já entrou em vigor e que visa incentivar a procura ativa de trabalho. No final de maio, a secretária Regional explicou que através dessa medida é atribuído um apoio que pode chegar a dois salários mínimos regionais aos desempregados a frequentar programas ocupacionais que celebrem contratos de trabalho.





# GOVERNO DOS AÇORES REFORÇA VERBA DO “ECO-FREGUESIA”

O Governo dos Açores vai reforçar a verba deste ano destinada ao projeto “Eco-Freguesia”, de gestão de resíduos e promoção da qualidade ambiental, “com mais um milhão de euros, triplicando a dotação inicialmente prevista”.

A informação foi revelada, dia 17, pelo secretário regional do Ambiente e Alterações Climáticas, Alonso Miguel, na entrega de equipamentos de manutenção de linhas de água às freguesias da ilha Terceira contempladas em 2021, no âmbito do projeto “A Minha Ribeira”, integrado no programa “Eco-Freguesia, Freguesia Limpa”.

Citado numa nota divulgada pelo executivo açoriano, o governante salienta que, “correspondendo aos apelos das juntas de freguesia, o Governo Regional decidiu reforçar a verba destinada ao ‘Eco-Freguesia’, para 2022, com mais um milhão de euros, triplicando a dotação inicialmente prevista”.

Na nota, o secretário regional com a tutela do Ambiente destaca que o programa “Eco-Freguesia” tem demonstrado ser “um instrumento fundamental de cooperação entre o Governo Regional e as juntas de freguesia da região na gestão de resíduos, na promoção da qualidade ambiental” e na conservação dos recursos naturais.

O projeto ‘A Minha Ribeira’ permite disponibilizar equipamentos, como corta sebes elétricos e roçadoras, para capacitar e auxiliar as juntas de freguesia nos trabalhos de monitorização, manutenção e limpeza das linhas de água.

De acordo com dados da secretaria regional do Ambiente, em 2021 “inscreveram-se 140 freguesias” no programa “Eco-Freguesia, Freguesia Limpa”, uma centena das quais apresentaram candidatura ao projeto “A Minha Ribeira”, assegurando “a intervenção em mais de 200 quilómetros de linhas de água” da região.

Dessas candidaturas resultou a atribuição de equipamentos a 30 juntas de freguesia, de sete ilhas do arquipélago, num investimento que ronda os 20 mil euros, lê-se na nota do Governo Regional (PSD/CDS-PP/PPM).

Na nota, o secretário Regional sublinha ainda que a limpeza dos espaços públicos e desobstrução de ribeiras são aspetos fundamentais para reduzir riscos de cheias e inundações, deslizamentos de terra, erosão dos solos, contribuindo para “a proteção de pessoas e bens e para evitar prejuízos materiais e financeiros avultados”.

## INAUGURAÇÃO DA GARE MARÍTIMA DE SÃO ROQUE DO PICO É “DIA HISTÓRICO”



O Presidente do Governo dos Açores considerou que a inauguração, em 17 de junho de 2022, da Gare Marítima de São Roque do Pico é um momento histórico para a circulação marítima e anunciou o estudo prévio para o ordenamento da orla marítima da zona.

“Hoje é um dia que trata do futuro, mas que faz história para São Roque do Pico, para a ilha, para o Triângulo e para os Açores”, afirmou José Manuel Bolieiro, na cerimónia de inauguração da Gare Marítima de São Roque do Pico, num investimento de cerca de quatro milhões de euros.

Além de sublinhar que o investimento permitirá melhorar as condições de circulação marítima entre as ilhas do Faial, Pico e São Jorge, o chefe do executivo açoriano (PSD/CDS-PP/PPM) destacou que o terminal vai dar “melhores condições de segurança e de conforto” aos passageiros, numa época alta de grande circulação.

“E hoje fazemos história por causa do futuro, porque também vamos hoje dar corpo, através da inauguração de uma ligação marítima, há muito reclamada, desde o Pico às Velas de São Jorge”, sublinhou o presidente do Governo açoriano.

A obra foi iniciada com um projeto do anterior Governo Regional do PS, tendo José Manuel Bolieiro anunciado que o ordenamento da orla costeira será agora “trabalhado ‘à posteriori”.

“Em bom rigor um processo de planeamento estrutural teria permitido primeiro este plano e depois esta realização”, assinalou José Manuel Bolieiro, para quem “o desenvolvimento não se faz com o adiamento”, mas com “planeamento e com uma cronologia de realizações bem tratada”.

Neste sentido, o presidente do Governo Regional lembrou que já foi lançado pela empresa Portos dos Açores um estudo prévio para a proteção da orla costeira de São Roque.

O edifício hoje inaugurado tem zonas distintas para o desembarque e embarque de passageiros e espaços específicos para o posto de informação turística e para as empresas de rent-a-car. Este novo edifício, equipado com rede de acesso a internet/Wi-Fi, tem uma área de 758 metros quadrados e tem uma maior capacidade de estacionamento para veículos ligeiros, táxis e autocarros.



# PSD PROPÕE CRIAÇÃO DE GRUPO DE TRABALHO PARA A AGENDA DO TRABALHO DIGNO

O PSD defende a criação de um Grupo de Trabalho, em sede de Comissão de Trabalho, Segurança Social e Inclusão, para a discussão da Agenda do Trabalho Digno.

No requerimento, dirigido à Presidente da Comissão, os sociais-democratas recordam que deu entrada no Parlamento a PPL 15/XV, vulgarmente chamada “Agenda do Trabalho Digno”, que classificam como uma “proposta de lei da maior importância”. Contudo, adiantam, inexplicavelmente a proposta apresentada pelo Governo está “truncada dos aspetos relativos à política de rendimentos o que, no mínimo, é paradoxal uma vez que sem rendimentos a dignidade do trabalho é cerceada.”

Além disso, acrescentam os deputados, esta proposta não teve “a merecida e aprofundada discussão com os parceiros sociais”, destinatários últimos desta iniciativa legislativa.

Nestes termos, os sociais-democratas consideram que este Grupo de Trabalho assume uma grande importância e nele pretendem que se promova “a audição dos parceiros sociais e a discussão desta proposta de lei nos termos que a mesma exige e em que, naturalmente, serão também discutidas as questões ligadas à política de rendimentos”.



# PSD QUER CONSAGRAR DIA 25 DE MAIO COMO “DIA NACIONAL DOS JARDINS” PARA CELEBRAR RIBEIRO TELLES

O PSD defende a consagração do dia 25 de maio como “Dia Nacional dos Jardins”, uma forma de celebrar o legado de Gonçalo Ribeiro Telles na proteção do ambiente e na promoção da qualidade de vida.

Num Projeto de Resolução que deu entrada na Assembleia da República, os deputados do PSD afirmam que “Gonçalo Ribeiro Telles foi um visionário, um homem multifacetado de intervenção inquieta e permanente. Um pioneiro das políticas de Ambiente e Ordenamento do Território. Um político de visão coerente e arrojada, centrada na ecologia, na natureza e na dignidade da pessoa humana. Um democrata, defensor da liberdade e da tolerância.”

Nesse sentido, os parlamentares afirmam que institucionalizar um Dia Nacional dos Jardins, a 25 de maio de cada ano, data do nascimento de Gonçalo Ribeiro Telles, pode contribuir para celebrar o seu legado, mas também para “valorizar a importância dos próprios jardins, podendo servir para chamar a atenção para os seus problemas e carências, considerando os serviços ecológicos que prestam, bem como a sua relevância cultural e social.”

Esta iniciativa, surge na sequência de uma Petição dinamizada pela turma 10.º L do Agrupamento de Escolas Manuel Teixeira Gomes, de Portimão, e poucos dias após a aprovação por unanimidade, na Assembleia da República, de um voto de saudação pelo centenário de Gonçalo Ribeiro Telles, que teve como propósito “evocar a memória desta figura marcante do século XX português, nomeadamente – mas não apenas - na área da arquitetura paisagística”.



# PSD/MADEIRA PREPARA PROPOSTA PARA ALTERAR LEI DE FINANCIAMENTO DAS UNIVERSIDADES REGIONAIS



O PSD/Madeira anunciou que vai apresentar uma proposta conjunta, com os Açores, de alteração à Lei de Financiamento do Ensino Superior, insistindo na necessidade de majoração das verbas atribuídas às universidades das regiões autónomas.

“O grupo parlamentar do PSD assume publicamente que não desiste da majoração do ensino superior na Madeira e nos Açores”, revelou o deputado social-democrata Nuno Maciel depois de uma reunião com o reitor da Universidade da Madeira, dia 17.

O parlamentar salientou que as duas regiões autónomas “desenvolvem um ensino superior de qualidade, de excelência, que em nada envergonha aquilo que é feito em todas as universidades” do país.

A reunião aconteceu na sequência da cimeira das bancadas do PSD da Madeira e Açores, que decorreu na semana passada, na cidade açoriana de Ponta Delgada, e durante a qual este problema foi abordado.

Na Assembleia Legislativa da Madeira, o PSD vai avançar, brevemente, com uma proposta de alteração à Lei de Financiamento do Ensino Superior, para que se “reconheça e que plasme no seu articulado a necessidade, a importância e a justiça dessa majoração”, apontou o deputado madeirense.

Nuno Maciel argumentou que o objetivo é “compensar os efeitos da insularidade no ensino superior nestas regiões, uma vez que o facto de estarem localizadas em ilhas acarreta sobrecustos”.

Ainda de acordo com Nuno Maciel, os deputados do PSD/M pretendem que o projeto seja acompanhado nos Açores, para que chegue à Assembleia da República “uma proposta conjunta, forte e que seja reconhecida por ambas as universidades e ponha justiça a um tema que já se arrasta há demasiado tempo”.

Aquando da cimeira, os deputados do PSD/Madeira também estiveram reunidos com o reitor da Universidade dos Açores e, embora cada região tenha as suas especificidades, “a questão do financiamento é um tema transversal, faltando, por parte do Estado, reconhecer os sobrecustos inerentes à insularidade”, acrescentou Nuno Maciel.

O PSD/Madeira “não vai desistir dessa matéria”, assegurou o deputado social-democrata, considerando fundamental que o desenvolvimento do ensino superior nas universidades da Madeira e dos Açores esteja “reconhecido em lei e assumido em termos de sobrecustos”.

No Orçamento do Estado para 2022 estão inscritos 13,3 milhões de euros para a Universidade da Madeira, valor que tem sido considerado insuficiente, visto que a instituição tem custos na ordem dos 20 milhões de euros.



**CONVOCATÓRIAS DO PSD**

**RECEÇÃO**

Terça-feira até 12h00  
Para: Fax: 21 3973168  
email: convocatorias@psd.pt



**DISTRITAIS**

**BRAGA**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoco a Assembleia Distrital de Braga, para reunir no próximo dia 7 de julho (quinta-feira) de 2022, às 21H00 no Hotel Mercure em Braga, com a seguinte:

**ORDEM DE TRABALHOS**

1. Informações;
2. Aprovação do Relatório e Contas de 2021;
3. Aprovação do orçamento de 2022;
4. Descentralização e Regionalização;
5. Análise da situação política.

**LISBOA**

Nos termos dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia Distrital da AML do PSD, para reunir em sessão ordinária, no próximo dia 30 de Junho (quinta-feira) de 2022, pelas 21H00, no Auditório UCCLA, sita Av. da Índia, 110 – Lisboa, com a seguinte:

**ORDEM DE TRABALHOS**

1. Apresentação, discussão e votação da moção setorial da Distrital de Lisboa a apresentar ao Congresso do Nacional do PSD;
2. Apresentação, discussão e votação do relatório e contas de 2021 da Distrital de Lisboa/PSD;
3. Análise da situação política.

**UISEU**

Nos termos dos Estatutos do Partido Social Democrata, convoca-se a Assembleia Distrital do PSD de Viseu, para reunir no próximo dia 29 de junho de 2022 (quinta-feira), pelas 21H00, na Sede Distrital do PSD, sita Rua Eng Lino Moreira Rodrigues, Edifício Vasco da Gama - Lote 9 - Loja 15 em Viseu, com a seguinte:

**ORDEM DE TRABALHOS**

1. Informações;
2. Aprovação de contas 2021;
3. 40º Congresso Nacional do Partido;
4. Análise da situação Político-Partidária;
5. Outros assuntos.

Esta Assembleia é aberta à participação de todos os militantes.

**SECÇÕES**

**ANADIA**

Ao abrigo dos Estatutos do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção de Anadia para reunir, em sessão ordinária, no próximo dia 4 de Julho (segunda-feira) de 2022, pelas 20H30, na Sede do Atlético Clube de Famalicão, sita na Praceta Marquês da Graciosa, em Famalicão, com a seguinte:

**ORDEM DE TRABALHOS**

1. Análise da situação política;
2. Informações.

Nota: Se, à hora marcada, não estiver presente o número de militantes necessário para preencher o quórum, nos termos dos Estatutos, a Assembleia de Secção realizar-se-á no mesmo local, 30 minutos depois, isto é, às 21H00, com qualquer número de militantes presentes.

**BAIÃO**

**ALTERAÇÃO DE HORÁRIO PUBLICADO NO POVO LIVRE DE 8 DE JUNHO DE 2022**

Ao abrigo dos Estatutos e Regulamento do PSD, convoca-se a Assembleia de Militantes do PSD/Baião para reunir no próximo dia 25 de Junho (sábado) de 2022, pelas 18H30, na Sede do Partido, sita na Rua de Camões–Campelo – Baião, com a seguinte:

**ORDEM DE TRABALHOS:**

1. Informações da Presidente da Mesa da Assembleia de Secção;
2. Informações da Presidente da Comissão Política de Secção;
3. Informações dos Vereadores Eleitos à Câmara Municipal;
4. Análise dos resultados das Eleições Internas;
5. Análise da situação política concelhia;
6. Outros assuntos.

**MEALHADA**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção da Mealhada para reunir, no próximo dia 3 de Julho de 2022 (domingo), pelas 18H45, no Salão Nobre do Quartel dos Bombeiros Voluntários da Mealhada, sita na Rua Bernardino Felgueiras com a seguinte:

**ORDEM DE TRABALHOS**

1. Informações
2. Análise da situação política e balanço dos primeiros 3 meses de mandato dos órgãos da secção do PSD/Mealhada;

**MEDA**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais e do Regulamento Eleitoral do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção do PSD de Meda no próximo dia 23 de Julho (sábado) de 2022, às 17H00, na Sede do PSD/Meda, sita na Rua Dr. Reboredo, nº 6, com a seguinte:

**ORDEM DE TRABALHOS**

1. Eleição da Comissão Política de Secção;
2. Eleição da Mesa da Assembleia de Secção.

**Notas:** As listas candidatas deverão ser apresentadas ao Presidente da Mesa da Assembleia de Secção (962938866) ou a quem estatutariamente o possa substituir, até às 24H00 do 3º dia anterior ao ato eleitoral.

O ato eleitoral previsto na convocatória realizar-se-á no período compreendido entre as 17H00 e as 19H00.

As quotas devem ser pagas até ao 10º dia anterior ao ato eleitoral.

**MOITA**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção da Moita, a reunir em regime eleitoral, no dia 23 de Setembro (sexta-feira) de 2022, entre as 20H00 e as 22H30, em regime de urna aberta, na Sede sita na Rua José Afonso nº 20, Moita com a seguinte:

**ORDEM DE TRABALHOS**

1. Eleição da Comissão Política de Secção;
2. Eleição da Mesa da Assembleia de Secção.

Notas: Funcionará em regime de urna aberta, entre as 20H00 e as 22H30, no dia 23 de Setembro, (sexta-feira)

As listas candidatas, com termos de aceitação de candidaturas e termos de subscrição em número de 5% dos militantes com capacidade eleitoral deverão ser entregues na Sede, até às 24H00 do dia 20 de Setembro (terça-feira) 3 dias antes do ato eleitoral.

**MONTIJO**

Pedro Nuno Silva Vieira, militante nº 195632, na qualidade de Presidente da Mesa da Assembleia da Secção do Montijo, de acordo com os Estatutos Nacionais do PSD, vem pela presente convocar a Assembleia de Secção de Montijo, a realizar dia 8 de Julho (sexta-feira) de 2022, pelas 21H00 no Edifício da Galeria Municipal sita na Rua Almirante Cândido dos Reis, nº 12, (antiga Rua Direita), com seguinte:

**ORDEM DE TRABALHOS**

- 1- Análise da situação política na sequência do Congresso;
2. Informações.

**PORTO**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia de Secção do Porto, para reunir em sessão ordinária no próximo dia 29 de Junho (quarta-feira) pelas 21H00, no Auditório da União de Freguesias de Lordelo do Ouro, Massarelos, sita na Rua do Campo Alegre, nº 244, com a seguinte:

**ORDEM DE TRABALHOS**

1. Análise da situação política,
2. Outros assuntos.

**Nota:** nos termos do disposto pelo artº 69 dos Estatutos, se à hora marcada para o início da reunião da Assembleia não se verificar mais de metade dos militantes da secção, o número de militantes necessário para o preenchimento do quórum exigido, a reunião terá início trinta minutos depois, com o número de militantes presentes

**REGUENGOS DE MONSARAZ**

Nos termos dos Estatutos e do Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distritais e Locais, convocam-se todos os militantes da Secção de Reguengos de Monsaraz do PSD, para a Eleição dos Órgãos da Secção, a realizar no dia 30 de Julho (sábado) de 2022, entre as 14H00 e as 17H00, na Sede da Secção sita na Rua Serpa Pinto, nº 15 em Reguengos de Monsaraz, com a seguinte:

**ORDEM DE TRABALHOS**

Ponto Único: Eleição dos Órgãos da Secção.

1. Eleição da Mesa da Assembleia de Secção;
2. Eleição da Comissão Política da Secção.

**Notas:** As listas candidatas ao órgãos sujeitos a sufrágio deverão ser entregues na Sede da Secção ao Presidente da Mesa da Assembleia ou a quem o substitua até às 23H00 do dia 27 de Julho de 2022.

Para efeitos de votação, no dia 30 de Julho de 2022, as urnas estarão abertas entre as 14H00 e as 17H00.

**SANTA COMBADÃO**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD e do Regulamento Eleitoral para os Órgãos Distrital e Local, convoca-se a Assembleia de Secção de Santa Comba Dão, para reunir no próximo dia 29 de Julho (sexta-feira) de 2022, entre as 21H00 e as 23H00, na Sede Concelhia, sita na Rua Pinheiro de Ázere, nº 7, com a seguinte:

**ORDEM DE TRABALHOS**

1. Eleição da Mesa da Assembleia de Secção;
2. Eleição da Comissão Política de Secção.

**Notas:** As listas candidatas à Mesa da Assembleia de Secção e à Comissão Política de Secção, deverão ser entregues, ao Presidente da Mesa da Assembleia, ou a quem o substitua, na sede concelhia, sita na Rua Pinheiro de Ázere nº 7 em Santa Comba Dão, até às 24H00 do terceiro dia anterior ao ato eleitoral (26 de julho).

A Sede encontra-se aberta, naquele dia das 21H00 às 24H00.



**CONVOCATÓRIAS DA JSD**

**RECEÇÃO**

Segunda-feira até 18h00

email: [jsdnacional@gmail.com](mailto:jsdnacional@gmail.com)



**CONSELHO DISTRIAL DE VISEU**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e Regulamentos aplicáveis, convoca-se, Conselho Distrital Ordinário da JSD Distrital de Viseu, para reunir no próximo dia 9 de julho de 2022 (sábado), pelas 16:00, na Junta de Freguesia de Leomil que sita na Av. Leontino Fonseca Martins 1, 3620-164 Leomil, no concelho de Moimenta da Beira, com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1- Informações;
- 2- Análise da Situação Política Atual;
- 3- Outros assuntos.

**VILA NOVA DE GAIA**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais Regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes da JSD de Vila Nova de Gaia para reunirem no dia 27 de Julho de 2022, pelas 21h00, na sede do PSD de Vila Nova de Gaia, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Análise da situação política.

**Acompanhe-nos  
no dia-a-dia...**



**Conferências de Imprensa,  
Transmissões em direto,  
Discursos e intervenções políticas**



**Entrevistas, Opinião, História,  
Iniciativas**



**O dia-a-dia da atividade  
do PSD**



**Noticiário semanal todas  
as sextas-feiras**





## CONSELHO DE JURISDIÇÃO NACIONAL

### Reclamação ao Parecer I/Outubro/2021

#### I. Do Pedido de Parecer

O militante Pedro Brilhante, com o n.º 159412, solicitou ao Conselho de Jurisdição Nacional (CJN) do PSD um parecer sobre o sentido da alínea g) do número 1 do artigo 3º do Regulamento de Admissão e Transferência de Militantes (RATM).

A saber:

#### **Artigo 3º**

#### **(Fundamentos de recusa de admissão de candidato)**

*1. A Comissão Política de Secção pode recusar a admissão do candidato nos seguintes casos: g) Ter-se desfilado do Partido e não ter decorrido ainda um prazo de dois anos.*

Pretendia o militante saber se esta disposição:

- a) impede que um antigo militante (desfilado a seu pedido) seja readmitido no PSD menos de dois anos depois da desfiliação; e se - nesse caso - tal impedimento pode ser declarado pelos serviços centrais do partido, sem ouvir a competente Comissão Política de Secção;
- b) ou se tal impedimento não existe, ficando à disposição da competente Comissão Política de Secção aceitar ou rejeitar um militante ainda que não tenham decorrido dois anos da sua desfiliação voluntária.

#### II. Do Parecer

Reunido no dia 25 de outubro de 2021, o CJN entendeu que a disposição em causa oferece às Comissões Políticas de Secção (CPS) uma possibilidade e não uma imposição. Ou seja, na deliberação de reingresso de um militante, as CPS podem alegar a referida alínea g) mas não estão obrigados a fazê-lo.

Na sua deliberação, o CJN esclareceu que “o uso do vocábulo ‘pode’ indica tratar-se de uma opção e não um condicionamento à Comissão Política. Razão pela qual **não** deve o candidato a militante ser automaticamente excluído pelos serviços centrais do Partido caso não tenha ainda decorrido dois anos desde a sua desfiliação”. Devem, outrossim, os serviços centrais remeter à competente Comissão Política de Secção a candidatura em causa, para que a CPS a possa avaliar.



### III. Da Reclamação

Notificado no dia 31 de outubro de 2021, o Secretário-Geral do PSD, José Silvano, reclamou para o CJN do Parecer em causa, invocando os seguintes principais argumentos:

- a) os candidatos a militantes subscrevem uma declaração de honra garantindo que não estão abrangidos por qualquer fundamento de recusa de militantes;
- b) o espírito da norma é “evitar que em função das várias atividades das estruturas do partido que possam ocorrer, verificar-se que, por um qualquer interesse político, existam cidadãos que, por terem entrado em conflito, desacordo ou até mesmo cometido uma qualquer infração e por esse facto se terem desfilado, se possam reinscrever pouco tempo depois, no sentido de por em prática um aproveitamento inapropriado dos motivos da sua inscrição, visando também impedir que o candidato a militante, voluntária ou involuntariamente, se veja envolvido numa qualquer disputa política interna menos correta”;
- c) a rejeição dos candidatos desfilados a seu pedido sem que tenham decorrido dois anos da desfiliação é uma prática reiterada há três anos pelos serviços centrais do Partido.

### IV. Da Deliberação

O CJN, reunido a 29 de novembro de 2021, entendeu manter o sentido do seu parecer.

Por muito atendível que seja a interpretação autêntica do proponente da uma norma, o Conselho de Jurisdição não pode entregar uma interpretação impossível face à letra da mesma.

Em técnica legística é desaconselhado usar a expressão "pode" quando se quer impor um comportamento a uma das partes. A expressão "pode" - indicativa de uma faculdade ou uma possibilidade na conduta do agente - não deve ser empregada, de todo, em textos legislativos, salvo em casos de normas de carácter não taxativo ou proclamatórias.

Sobretudo quando a intenção, conforme a interpretação autêntica do proponente da norma, é precisamente a contrária à que está contida na expressão "pode". Não cabe ao aplicador do direito, mas sim ao legislador (Conselho Nacional), corrigir uma norma que não comporta na sua letra a interpretação que o proponente (Secretário-Geral) lhe quis dar.

Ademais, relativamente aos citados argumentos do Secretário-Geral:

- a) da forma como está redigida a norma, o “fundamento de recusa” a que se refere a alínea g) do n.º 1 do artigo 3º do RATM mais não é do que uma “opção de recusa”.
- b) sendo esse o espírito da norma no entender do proponente, pode este (é uma possibilidade, não uma obrigação) propor uma correção à letra aprovada;
- c) nem três anos é tempo suficiente para se criar uma “convicção de obrigatoriedade”, nem o costume burocrático é fonte de direito.

Termos em que se mantém integralmente o Parecer I/Outubro/2021

Notificar:



- o militante Pedro Brilhante;
- o Secretário-Geral, José Silvano, para conhecimento e publicação no Povo Livre;

*Paulo Cesar Fernandes Colaço*

**Paulo Colaço**  
**Presidente**

21 de junho de 2022